



RIBEIRO, Andréa Bernardes de Tassis. **Introdução à História e Religião do “Povo de Israel”**: Formação de identidade e análise Weberiana sob o ponto de vista de “Povo Pária”. Jundiaí, Paco Editorial: 2017, p. 214.

Karine Marques Rodrigues Teixeira¹

O livro está estruturado em cinco capítulos, cada qual contendo uma consideração parcial, que corroborou a didática adotada na subdivisão dos capítulos que expõem a narrativa veterotestamentária; na perspectiva cronológica e geográfica aborda o enredo bíblico; debates histórico-arqueológico e abordagens tradicionais sustentadas por um referencial nacional, norte americano, inglês e espanhol. Um rico apêndice com lista de documentos, glossário, glossário de hebraico, mapas, quadro com datação cronológica e contexto histórico-arqueológico, qualificam ainda mais a obra.

A autora defende que a história do “povo de Israel” é singular, um fenômeno único, pois está vinculada ao contexto geopolítico e social da época, e, intrinsecamente, ligada à história de sua própria religião, de forma que “diferentemente da maioria dos grupamentos populacionais da época, um dos elementos decisivos com o qual o “povo de Israel” fundou sua própria autocompreensão foi um tipo único de religião” (RIBEIRO, 2017, p. 15), por conseguinte, “o fio condutor de sua obra é como a religião vai se formando e formando um povo” (IBIDEM, p. 12).

O primeiro capítulo abarca o contexto em que emergiu e se desenvolveu o povo que veio a se autodenominar “povo de Israel”. Expõe a complexa formação desse povo tão distinto, bem como seu modo de vida ou crença. Esse diálogo denso, abarca as teses de reconhecidos pesquisadores, tais como Julius Wellhausen, Yehezkel Kaufmann, John Brighth, Albrecht Alt, Martin Noth, Norman K. Gottwald, Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman para citar alguns. “A formação de um povo processa-se sem ser percebida tanto

¹ Doutoranda em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, bolsista CAPES, mestrado e graduação em Serviço Social, pela mesma Universidade. Participante do Grupo de Pesquisa Religião, Teologia e Sociedade/CNPq e do Grupo de Estudo Religião, Teologia e Sociedade/GERETES. karinemrt@yahoo.com.br



por seus agentes quanto por seus vizinhos e sem, necessariamente, a realização de documentação administrativa ou a elevação de monumentos” (IBIDEM, p. 32). Este capítulo finda com a assertiva de que existem “vestígios de tradições que remetem a grupos que, por algum motivo, foram identificados com aqueles que se reconheciam como adeptos da fé em Iahweh” (IBID, p. 53) e que, embora a pesquisa histórico-arqueológica tende mais a negar do que confirmar, “forma-se, assim, o princípio básico da criação de uma mitohistória nacional e de uma identidade étnica do ‘povo de Israel’” (IBID, p. 53).

O segundo capítulo é um desdobramento do diálogo com os pesquisadores citados e conforma uma revisão de literatura acerca das principais interpretações sobre a formação do “povo de Israel”, entre as quais o fato de o conceito de deus e o de Iahweh sofreram modificações relacionadas ao tempo e ao lugar. A autora assevera que “caso se exigisse apenas uma palavra para qualificar a formação do “povo de Israel”, esta seria ‘multifacetada’” (IBIDEM, p.55), pois muitos grupamentos humanos contribuíram para a formação desse povo de cultura peculiar, entre os quais, o patriarcal (nômade pastoril), o do êxodo do Egito (seminômade pastoril), o do monte Sinai (nômade pastoril) e os protoisraelitas (de Canaã e sedentários) oriundo de grupos da própria Palestina. Neste capítulo a autora sinaliza uma contestação à tese weberiana de “segregação” ou “povo pária” visto que os apontamentos ratificam que o “povo de Israel” é formado por uma população de origem diversa e que, “desde seus primórdios, não é etnicamente uma” (IBID, p. 87), ao contrário, suas origens remontam “do encontro de diferentes populações/grupos, em função de processos políticos, econômicos e/ou climáticos; em função da decadência de unidades políticas; ou ainda em função da necessidade de união visando à segurança e à sobrevivência” (IBID, p. 87).

O terceiro capítulo expõe o que diferencia o “povo de Israel” dos demais povos, bem como sua crença na aliança estabelecida com o deus único, de acordo com a narrativa bíblica. Tal que “trata-se de uma comunidade constituída tanto por indivíduos que acreditavam pertencer a uma única etnia quanto por aqueles que aceitaram a *Torá* e sua aliança, num compromisso firmado com Iahweh e sua lei” (IBIDEM, p. 112), de forma que, “o que define o “povo de Israel” é a aceitação da *Torá* e seus mandamentos” (IBID, p. 112). Importa salientar que no judaísmo não existe separação entre a lei e a religião, de modo que

“os assuntos seculares ou civis são considerados pela lei religiosa como práticas cotidianas de uma vida religiosamente correta” (IBID, p. 112).

O quarto capítulo aborda as leis do *Antigo Testamento* e seu caráter segregacionista, com destaque para esclarecer o modo como o *Pentateuco*, em particular, foi elaborado e como ele pode ser melhor entendido. Dessa forma o capítulo inicia com uma descrição clara e objetiva do *Pentateuco*. A contestação à tese weberiana ganha robustez neste capítulo com a asseveração de que a segregação do “povo de Israel” é oriunda dos dispositivos legais, da sua formação e da sua história, e que, portanto, “deve-se levar em consideração uma série de leis veterotestamentárias que, de alguma forma, diferenciam o “povo de Israel”, segregando os “gentios” dentro do contexto de elaboração e interpretação dessas leis” (IBIDEM, p. 133).

No quinto e último capítulo, por meio do estudo das leis da *Torá*, a autora realiza uma análise da tese de Weber, segundo a qual os judeus são autosegregados estritamente por questões legais/religiosas, num “comportamento, a que ele chama “pária”, ainda *antes* do exílio” (IBIDEM, p. 175). Não obstante a existência de debates favoráveis e contrários à tese weberiana por meio do embate das leis da *Torá* e de sua historicidade a autora confronta aquela tese. A análise weberiana é resumida “em três pontos principais: 1) a condição de povo segregado inicia-se antes do período do exílio babilônico; 2) a segregação deriva de leis religiosas de caráter ritualístico; 3) identificam-se os principais elementos da segregação judaica na *Torá* sacerdotal” (IBID, p. 140). Tais pontos são confrontados pela exposição e detalhamento de várias passagens do *Pentateuco*, referentes às “leis especificamente segregacionistas e as que dificultam o convívio de judeus com as populações vizinhas” (IBID, p. 173). E ainda “O afastamento da terra prometida traz como consequência a afirmação de uma fé atenta à prática dos princípios religiosos” (IBID, p. 173).

Considerações finais

A leitura é densa, pois carrega consigo uma gama extensa de informações acerca dos relatos bíblicos do chamado “povo de Israel”. A capacidade de síntese nas exposições das



narrativas veterotestamentárias impressiona! Assim como gera surpresa a riqueza de detalhes geográficos, arqueológicos, culturais e políticos, para citar somente estes. De maneira que, talvez, a densidade da leitura pudesse ser amenizada pela síntese, tanto mais objetiva possível, das narrativas veterotestamentárias. A opção da autora pela teoria da migração em massa do Norte para o Sul, defendida por Finkelstein e Silberman é contestada, por exemplo, pela teoria da Pax Assíria, de Oded Lipschits, que defende que o crescimento do reino do Sul ocorreu devido ao período caracterizado por poucas guerras, por conseguinte, houve crescimento econômico e populacional, principalmente. Não obstante, esta contestação, aos estudiosos das ciências da religião, perspectivando a literatura sagrada, este livro é muito indicado.